

A FALA/AÇÃO COMO PRÁTICA IDENTITÁRIA¹

Pedro Eduardo de Lima – UFT²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar as reflexões de um estudo bibliográfico que integra uma pesquisa maior. Partindo de uma visão performativa da linguagem postulada na teoria dos atos de fala, apresento os desdobramentos de tal teorização nos estudos de identidade, passando estas a serem interpretadas como múltiplas, fluidas e fragmentadas. Por fim, trato da possibilidade e dos ganhos de se estudarem questões identitárias no uso linguístico, tomando o estudo de práticas de normatização metalinguística na interação pela linguagem como exemplo.

Palavras-chave: Linguagem. Performatividade. Identidade.

Se a instabilidade é perturbadora, mais ainda nos parecerá a existência daqueles sujeitos que ousam assumi-la abertamente, ao escolherem a mobilidade e a posição de trânsito como o seu “lugar”. [...] Esses sujeitos não buscam ser “integrados”, “aceitos” ou “enquadrados”; [...] Assumem-se como estranhos, esquisitos, excêntricos e assim querem viver – pelo menos por algum tempo, ou melhor, pelo tempo que bem lhes aprouver. [...] Consideramos esses sujeitos irreverentes, desrespeitosos, quase iconoclastas por desacatarem normas ou por tornarem ridículos aspectos “sérios” de nossa cultura. Sua ambivalência nos desconforta e ameaça (e também nos fascina, devemos confessar!).

Louro, 2003

Introdução

A vida em sociedade nos ensina como ser “normais”. Na verdade, viver em sociedade nos constrói como aceitáveis dentro dos limites e fronteiras a nós disponibilizados física e culturalmente. A citação de Louro (2003) que serve de epígrafe a este artigo de cunho bibliográfico, entretanto, refere-se a sujeitos vistos em sociedade como instáveis, “estranhos, esquisitos, excêntricos”. O imperativo que os estranha e

1

Este artigo resulta da reflexão de parte de minha dissertação de mestrado, intitulada “(Multi)polaridades performativo-conversacionais e o uso de estratégias discursivas na reiteração de sexo, gênero e sexualidade: um estudo de caso”.

2

Professor Assistente na Universidade Federal do Tocantins/*Campus* de Porto Nacional. E-mail: limude9@gmail.com

excentriciza é o mesmo que torna as pessoas também aceitáveis, “normais”, pois somos entendidos e desentendidos “através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais” (BUTLER, 2001, p. 161).

Resultante da revisão teórica de um estudo maior, o objetivo principal deste trabalho é compreender como, a partir da visão da linguagem como performativa, os estudos de identidade que se propõem questionar uma visão de subjetividades como fixas e acabadas regidos pela matriz heteronormativa – denominados como teoria *queer* – podem produtivamente investir nos estudos lingüísticos, dado que é principalmente por meio da linguagem que identidades são constituídas (CAMERON, 2002). Dessa maneira, a referência a identidades discursiva e performativamente constituídas é desenvolvida ao longo do trabalho na argumentação de que há maneiras e vantagens significativas de se estudar a linguagem em sua relação com questões identitárias.

Além dessa introdução, o trabalho se divide em três outras partes. Na primeira, apresento um breve resumo da teoria dos atos de fala, postulada pelo filósofo da linguagem inglês J.L. Austin, que trouxe um novo olhar para o uso lingüístico, passando este a ser tomado como performativo. Em seguida, apresento como, com base na teorização de Austin (1975), categorias identitárias (a partir da identidade de gênero) passam a serem vistas como instâncias incompletas, múltiplas, fluidas e fragmentadas, resultantes da performatividade (BUTLER, 1999). Na terceira seção, tomando como norte a inquirição de práticas normativas metalingüísticas, conceituadas por Cameron (2002), trato da importância e produtividade de estudar práticas lingüísticas como identitárias.

1. Fala que age: a linguagem na perspectiva austiniana

Uma visão da linguagem como sendo performativa é primeiramente proposta pelo filósofo da linguagem inglês J.L. Austin em seu póstumo *How to do things with words* (AUSTIN, 1975). Em suas palavras, “[p]or muito tempo os filósofos viram toda e qualquer afirmação como podendo somente descrever algum estado de coisas, ou afirmar

algum fato que fosse necessariamente verdadeiro ou falso”³ (AUSTIN, 1975, p. 10). Na visão anterior a Austin, um enunciado poderia ser visto tão somente como verdadeiro ou falso. Assim, dizer ‘O livro está sobre a mesa’, por exemplo, seria uma descrição/constatação do mundo real, julgada como verdadeira ou falsa caso o livro estivesse ou não sobre a mesa. Segundo Austin, esta seria uma visão muito limitada da linguagem, que nem sempre tão-só constataria a realidade, mas também, por vezes, a criaria.

Austin propõe então uma divisão de enunciados na linguagem. Desta forma, haveria os enunciados *constativos*, que fariam uma constatação do “mundo real”, e que seriam verdadeiros ou falsos de acordo com a realidade. Além desses, haveria os enunciados que performam a ação à qual se referem, denominados *performativos*. Nesse sentido, dizer, por exemplo: ‘Vamos ao cinema amanhã?’, não constata um aspecto do mundo real, mas, ao contrário, age sobre o mundo, pois realiza o ato ao qual se refere, daí a denominação “atos de fala” (AUSTIN, 1975). Quando *A* diz esta frase a *B*, *A* não leva *B* a saber algo novo da realidade, porém convida *B* a ir ao cinema, e tal convite só se faz possível através de sua enunciação.

Os enunciados a priori escolhidos por Austin para exemplificar a performatividade da linguagem são aqueles pertencentes ao mundo jurídico. Dizer ‘Sim, aceito’, no altar, diante da autoridade para realizar o casamento é, pois, não uma constatação de um casamento, mas o casamento em si. Aquele que diz “sim”, nesse caso, casa-se, portanto age, ao dizer “sim”. Por não descreverem a realidade, mas agir sobre ela, os performativos, segundo Austin, podem ser *felizes* ou *infelizes*, mas nunca verdadeiros ou falsos, como os constativos. Se o casamento aqui referido é parte de uma peça teatral, por exemplo, ou se a autoridade necessária não se faz presente, o enunciado ‘Sim, aceito’ será infeliz, pois não realizará a ação à qual se refere. Na primeira parte de *How to do things with words*, portanto, o autor nos apresenta a distinção entre enunciados constativos, que constata uma realidade, e os performativos, que a criam no uso da linguagem.

3

Neste artigo, traduzi para o português todas as citações trazidas de textos em inglês.

Esta distinção entre constativos e performativos é, na teorização de Austin (1975), um ponto significativo em seu empreendimento para contestar uma visão, segundo o próprio autor, simplista e limitada da linguagem, vigente até então. Nas palavras de Culler (1999):

A distinção entre performativo e constativo capta uma diferença importante entre tipos de enunciados e tem a grande vantagem de alertar-nos sobre até que ponto a linguagem performa ações ao invés de somente remeter-nos a elas. (CULLER, 1999, p. 8)

Além de considerar esta importância da distinção entre os dois tipos de atos de fala feita por Austin (1975), Culler (1999) ressalta como discussões em torno dos atos de fala ainda persistem no meio lingüístico acadêmico no que concerne à sua definição. Mostra-nos também a tentativa de Austin de criar uma lista de verbos performativos como ‘declaro’, ‘ordeno’, ‘prometo’, ‘afirmo’ etc. Entretanto, como sugere Culler (1999), em muitos enunciados performativos não há nenhum verbo da lista dos performativos relacionados por Austin e, não obstante, a ação se dá pela enunciação. Assim, segundo Culler e como se pode notar mesmo em *How to do things with words*, Austin sentia um certo desconforto com esta divisão de verbos e mesmo com a divisão constativo-performativo. Sentenças que *a priori* eram vistas como puramente constativas como ‘The cat is on the mat’ (*O gato está sobre o tapete*) (AUSTIN, 1975, p. 95), foram então questionadas quanto a tal pura constatação. Dizer ‘O gato está sobre o tapete’ não somente constata que o gato está sobre o tapete, mas leva o interlocutor a sabê-lo e, portanto, age sobre o mundo. Assim, Austin chega a um ponto em que vê o constativo como um tipo particular de performativo.

Dada essa particularidade e considerando a linguagem como rodeada de performatividade, Austin (1975) propôs a separação de cada enunciado em três níveis. Chamou de *locucionário* o ato de dizer algo; *ilocucionário* aquele que reflete o ato que realizamos ao dizer algo, que conteria a *força ilocucionária*; e *perlocucionário* o efeito sobre os locutores a partir do que é dito. Os três níveis de separação propostos por Austin (1975) ocorrem em cada enunciado, e não em enunciados diferentes. Como demonstra Pinto (2001, p. 58), na frase ‘Eu vou estar em casa hoje’, o locucionário é o conjunto de sons que se organizam para efetivar um significado; o ilocucionário é a força que a

locução tem (pergunta, afirmação, promessa, ameaça etc); o perlocucionário é o efeito produzido no interlocutor, que poderá sentir-se feliz com a promessa da presença de uma pessoa querida, ou pressionado pela promessa da presença de alguém indesejado etc.

De acordo com Kurzon (1998), o perlocucionário, isto é, o efeito, pode ser não o esperado por aquele que diz algo. Assim, embora o perlocucionário contenha a finalidade, a que Austin chama de objeto perlocucionário (*perlocutionary object*), o interlocutor “pode reagir de forma totalmente diferente, ignorando o falante” (KURZON, 1998, p. 573), por exemplo. Isto nos mostra as inúmeras possibilidades de conseqüências de um ato perlocucionário. Por isto é que “os atos de um enunciado ocorrem simultaneamente, são relativos ao contexto de fala e às pessoas que falam, e são interpretáveis com uma amplitude muitas vezes difícil de ser descrita nos limites de uma análise lingüística” (PINTO, 2001, p. 59).

Dessa forma, a leitura de *How to do things with words* demonstra que, ao longo de suas conferências, Austin chega a uma visão da linguagem como rodeada de performatividade, sempre. Uma questão que me parece importante observar é o silêncio como um ato de fala. Cameron e Kulick (2003, p. 119) mostram como, ao ensinar regras de boas maneiras, por exemplo, os adultos ensinam as crianças como *não* se deve falar e, por extensão, as ensinam como ser rude. Por isso, não dizer ‘*please*’ (por favor) em uma ordem dada em inglês realiza o ato de ser rude, implicando em um efeito perlocucionário no interlocutor. É claro que tal efeito dependerá do conhecimento que o falante tem da língua, como também de seu conhecimento cultural do lugar onde a língua é falada, além de uma infinidade de outros aspectos circunstanciais. Da mesma forma, podemos pensar nas pessoas que têm a libido aumentada durante a relação sexual quando dizem frases obscenas ao parceiro (ou dele ouvem) durante a relação. Outras pessoas, ao contrário, têm a libido diminuída nesses casos. Estas últimas podem ficar em silêncio durante a relação, aumentando assim seu prazer e envolvimento sexuais. Temos, assim, dois exemplos em que possíveis perlocucionários (ser rude, no primeiro exemplo; excitar-se sexualmente, no segundo) se dão exatamente pelo silenciamento, efeitos que só ocorreram porque não foram ditos, e parece-me que o silêncio não abordado com frequência como ato de fala.

A teorização de Austin tem influenciado, desde o final da década de 1960, vários campos de inquirição, além da Lingüística e suas subáreas. Ao apresentar este

breve resumo da teoria dos atos de fala, busco mostrar como Austin partiu de uma visão da linguagem em que via o *constativo* e o *performativo*, e chegou a uma visão de todo ato de linguagem como sendo *locucionário*, *ilocucionário* e o *perlocucionário*, portanto performativo. Pretendo, também, discutir a influência desta visão da linguagem como performativa nos estudos de identidade.

2. Identidades entendidas como performativas

Judith Butler é uma das maiores expoentes nos estudos feministas, apresentando em seu livro *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, publicado pela primeira vez em 1990, “o texto mais influenciador em teoria *queer*” (SPARGO, 2000, p. 52). Seus trabalhos, principalmente a partir da década de 1990, têm influenciado os estudos de identidades, feminismo e estudos *gays* e *lésbicos*. Butler (1999; 2001) apresenta gênero, sexo e sexualidade como performativos. Ela argumenta que estas categorias identitárias são produções culturais e sociais, ao invés de serem baseadas em uma identidade biológica. Apesar de Butler (1999) não referenciar Austin (1975), também está na teorização de performatividade identitária de Butler a teoria dos atos de fala, como argumentam autores como Louro (2004) e Kulick (2003), dentre outros. Da mesma forma que, na visão austiniana, um enunciado age sobre a realidade a partir de convenções sociais, o gênero, para Butler (1999), é performativamente constituído, e não o que se é (essência) ou com que se nasce. Nesse sentido

[a] distinção entre o performativo e o constativo foi a dimensão da teoria de Austin que Butler desenvolveu em seu trabalho. Tratando de gênero, Butler afirma que enunciados como ‘É uma garota’, proferidas por um médico a uma mãe que acaba de dar à luz não são meramente descritivos. Como o enunciado ‘Eu vos declaro marido e mulher’, proferido pelo padre, um enunciado como ‘É uma garota’ performa um ato, *faz algo*, na análise de Butler. (KULICK, 2003, p. 139-140, ênfase no original)

Por isso, a identidade não pré-existe ao gênero, mas é constituída na repetição socialmente aceita das práticas ligadas ao gênero, sendo o sujeito “(...) retroativamente produzido por tais normas, em sua repetição, precisamente como seu efeito” (BUTLER, 1999, p. 12), e não sua causa, como se pensava até então. Há, portanto, uma mudança na

abordagem do gênero, que passa a ser visto como sócio-culturalmente construído e, não, dado em função dos órgãos genitais do indivíduo. Assim, a partir dos postulados de Butler (1999), passa-se a ver “identidades de gênero e comportamentos de gênero produzidos ao mesmo tempo” (CAMERON, 2005, p. 484), e gênero deixa de ser a interpretação cultural dada à diferença biológica sendo, ao invés disso, criado nas ações repetidas do indivíduo, que são socialmente reconhecidas como relativas ao sexo. Este, por sua vez, também é interpretação cultural e resulta de uma generificação que, na matriz heteronormativa – imperativo social que, nos estudos da denominada teoria *queer*, prevê como deve o sujeito se comportar em todas as instâncias da sociedade para ser aceito na inteligibilidade do que se entende como humano –, precisa ser binária. Nessa perspectiva, o gênero é performativo, resultante de práticas semióticas reiteradas, e o sexo é efeito do gênero (BUTLER 1999; 2001; HALL, 2007).

Por constituição de gênero, na argumentação de Butler (1999), Cameron (2002) afirma podermos entender também a constituição de qualquer categoria “de identidade social aparentemente substancial e fixa” (p. 16), o que estende o caráter sócio-cultural de identidades. Um caso relatado por Romaine (1994) de um indivíduo gêmeo que foi criado e educado como menina apesar de nascido com órgãos genitais masculinos é significativo no que concerne à constituição social de identidades. Aos sete meses de idade, o garoto e seu irmão gêmeo foram submetidos a uma cirurgia para circuncisão, que causou uma queimadura quase total em seu pênis. Aconselhada por um médico, a família autorizou uma cirurgia para reconstruir os genitais do menino como uma menina. A partir daí, mudaram suas roupas e a forma de tratá-la. Quando a criança estava com quatro anos de idade, sua mãe reportou quão impressionada ela estava com a feminilidade de sua filha, que era organizada, vaidosa e meiga, características comumente dadas a garotas. Efetivamente, não foi exatamente a cirurgia plástica feita na criança que redirecionou a constituição de seu gênero, e sim as práticas semióticas socialmente ligadas ao feminino a que foi submetida. É nesse sentido que Butler (1999) argumenta a performatividade do gênero e da sexualidade, que precisa de repetição e reafirmação para existir e continuar existindo.

No entanto, pode-se questionar a validade desse exemplo pelo fato de que o mesmo, aparentemente, constitui mais uma exceção do que uma regra, argumento este

que leva ao que Butler (2001) discute no tocante ao fato de a heterossexualidade ser compulsória: socialmente, o indivíduo nasce para ser heterossexual. Assim, no caso dos gêmeos, a mudança física feita foi uma exceção em função das circunstâncias dadas, com o objetivo único de adequar a situação à heterossexualidade, que é a regra. Caso o pênis não tivesse sido queimado na primeira cirurgia, a criança teria sido educada para ser homem, o que também se inscreve na regra heterossexual. Por conseguinte, fica invalidado o argumento da exceção com respeito ao exemplo dado, já que em todas as situações a matriz heterossexual é que parece ditar o que deve ser feito (no caso, educar a criança como menina).

Partindo da preocupação de algumas feministas de que o trabalho de Foucault centralizara-se em questões de sexualidade somente, Butler (1999) restaura gênero como uma questão central para análise de desejos e relações sexuais (SPARGO, 2000). Com base no argumento foucaultiano de que sexualidade é discursivamente produzida, Butler (1999; 2001) estende tal alcance discursivo ao gênero, apresentando este como performativo. Ao argumentar que o gênero não pré-existe às práticas que parecem apenas expressá-lo, Butler (1999) conflui a visão de formação discursiva da sexualidade com a formação de gênero, além de mostrar este como performativo, questionando também a visão de qualquer identidade de gênero e sexualidade como central e outra(s) como marginal(ais). Dessa forma, gênero não é uma extensão cultural ou conceitual do sexo biológico, mas uma prática discursiva constante, moldada com base na visão da heterossexualidade como norma das relações humanas (SPARGO, 2000). Neste sentido, a heterossexualidade se torna socialmente compulsória, propulsora de poder e hierarquia entre os sujeitos a partir da produção de “tabus contra a homossexualidade, resultando numa coerência falsa entre gêneros estáveis aos sexos biológicos apropriados” (SPARGO, 2000, p. 54).

A referência ao gênero, entretanto, segundo Butler (1999), não garante a formação do sujeito como tal. É a repetição massiva dessas práticas socialmente reconhecidas que lhes confere o poder de performatividade construtora da subjetividade, historicamente. Isto nos faz pensar no caráter iterável do ato de fala, defendido por Derrida (1991 *apud* CAMERON e KULICK, 2003). De acordo com Cameron e Kulick (2003), Derrida (1991) argumenta que os performativos não funcionam primeiramente

por causa da intenção do falante. O autor não desconsidera a relevância da intencionalidade na linguagem, mas insiste que o performativo funciona porque traz consigo formas convencionais da linguagem que já existem antes que o falante as diga. Assim, a linguagem funciona porque é iterável, isto é, composta de enunciados que podem ser e são repetidos. Da mesma forma, como nos mostra Butler (1999), a construção identitária somente é possível devido ao caráter iterável, repetível, das práticas que são socialmente entendidas como tão somente expressão de identidades. Assim como o funcionamento dos atos de fala está garantido por sua reiteração que, ao mesmo tempo é repetição e nunca é idêntica, a constituição de identidades de gênero e sexualidade, para Butler (1999), se dá na reiteração de práticas, sendo estas repetidas, porém nunca idênticas.

A visão de Butler é vista como a continuação do projeto de Foucault (SPARGO, 2000; HALL, 2007) também porque que vê também no corpo a possibilidade de um estudo genealógico com base na interpretação discursiva a ele dada. A autora afirma que “a inquirição crítica que localiza as práticas regulatórias dentro das quais contornos corporais são construídos constitui precisamente a genealogia “do corpo” em sua descrição que pode ainda radicalizar a teoria de Foucault” (BUTLER, 1999, p. 169, ênfase no original), o que parece estar ligado à visão de formação discursiva de sexualidade, dado que corpos também são cultural e socialmente interpretados com base na diferença de sexo com vistas a uma inteligibilidade a ser garantida pela heteronormatividade, e somente por esta. Palavras como ‘masculino’ e ‘feminino’, ‘macho’ e ‘fêmea’ são “termos naturalizados que mantêm a matriz escondida e, portanto, protegida de uma crítica radical” (BUTLER, 1999, p. 141). Dessa forma, se por um lado a matriz garante a existência sócio-cultural de inteligibilidade dos corpos, são os corpos por ela naturalizados que lhe garantem a invulnerabilidade à crítica. Parece ser parte do projeto de Butler – e da teoria *queer* –, entretanto, desestabilizar esta invulnerabilidade e pretensa naturalidade da forma com que os corpos são constituídos culturalmente.

Entender sexo, gênero e sexualidade como performativos, no sentido que Butler argumenta, é pensar nessas categorias identitárias como efeito da performatividade, não a causa das práticas do sujeito. Segundo a autora, “atos, gestos e desejo produzem o efeito de uma substância central, mas a produzem *na superfície do*

corpo, por meio do jogo de ausências que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como uma causa” (BUTLER, 1999, p. 173, ênfase no original), sugerindo assim que a pretensa naturalidade e concretude de identidades são ilusórias, porém fixadas em práticas reiteradas. Dessa forma, a suposta essência ou identidade que tais atos e gestos se propõem apenas expressar, na verdade, “são *construções* inventadas e sustentadas em sinais corporais e outros meios discursivos” (BUTLER, 1999, p. 173, ênfase no original). A “naturalidade” de sexo, gênero e sexualidade é, assim, materializada em sua performatividade, socialmente vista como sua causa essencial quando é, na verdade, seu efeito real.

Sendo o efeito e não a causa das práticas identitárias, sexo, gênero e sexualidade ganham amplitude e multiplicidades de existência dificilmente abrangidas a partir de um ponto fixo. Neste sentido, termos como “transexual”, “heterossexual”, “lésbica”, “travesti”, “homossexual”, “masoquista” etc se tornam incapazes de abranger as possibilidades de desejo e comportamento social ao tentarem rotular sujeitos com base em seus corpos e/ou objetos de desejo. Se sexo, gênero e sexualidade não estão de forma não problemática e diretamente ligados ao corpo senão pela matriz heteronormativa, socialmente imposta, então a pré-existência de identidades se torna ilusória; categorias como sexo, gênero e sexualidade não podem mais ser enquadradas (por serem fluidas), apresentam-se de forma fragmentada (uma vez que são performativas, situacionais, portanto nunca completas). Identidades estão posicionadas diferente e politicamente nos diversos momentos de interação do sujeito, que é socialmente assujeitado pela matriz heteronormativa em jogos de poder e resistência, e nesse sentido podem ser estudadas – com vistas nas relações de poder cuja constituição, reafirmação e mudança embasam socialmente. A contribuição de Butler se torna evidente uma vez que em sua obra, principalmente em Butler (1999), encontramos a confluência das bases da teoria *queer* partindo de sua noção de performatividade, desenvolvida a partir da teoria dos atos de fala.

Portanto, a noção de performatividade identitária trazida por Butler (1999) possibilita a problematização das identidades como fixas e concretas e sugere uma “saída” para a questão: se é na performatividade que identidades se constituem, é possível entendê-las como não fixas, não acabadas, fluidas. Isto equivale a dizer que: i)

a identidade não existe sem a repetição de práticas semióticas, pois é nestas que a constituição identitária se dá, não havendo sujeitos essencializados, pré-existentes a tais práticas; ii) há o caráter constante de constituição de subjetividades: se é necessária a repetição performativa, então a constituição identitária é constante; e iii) uma vez que a reiteração, a performatividade necessária, se mostra de maneiras diferentes, as identidades são fluidas, e vê-las enquadradas em categorias fixas é limitá-las ao que na verdade não alcança sua abrangência. Identidades não são, dessa forma, vistas como fixas e acabadas: “[a]s identidades sociais não são singulares, mas construídas de forma fragmentada, fraturada, múltipla, portanto, (...) entendidas como um feixe de traços identitários que coexistem, às vezes de forma contraditória, na construção das diferenças de que fomos feitos” (MOITA LOPES, 2003, p. 28).

3. Prática de *higiene verbal* como performatividade de identidades no uso lingüístico e uma possível perspectiva de inquirição

Se, por um lado, uma teoria sobre o uso lingüístico como ação influenciou os desdobramentos de uma teoria sobre a performatividade de categorias identitárias que entende estas como resultantes de práticas semióticas reiteradas, estas práticas performativas de identidade podem ser estendidas ao uso lingüístico. Em uma perspectiva discursiva,

[...] a temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico. (MOITA LOPES, 2003, p.19).

O discurso é, dessa forma, entendido como ação. A relação ao contexto interacional específico e ao outro ligado na interação, característica intrínseca à linguagem, possibilita a negociação de significados que, dentre outros aspectos, constrói identidades sociais discursivamente (MOITA LOPES, 2002).

Categorias identitárias não são “constantes dadas como certas, pressupostas, mas são comunicativamente produzidas” (GUMPERZ, 1993, p. 5). Nesse sentido,

Cameron (2002) afirma aplicar-se o argumento de Butler “também ao uso lingüístico, e de forma especial à fala: pois há ‘estilizações’ da voz (altura, tom e acentuação) e de escolhas lexicais, gramaticais e interacionais cujas repetições contribuem para a construção de uma identidade social e pessoal ‘solidificada’ do falante” (p. 17, ênfase no original). Por isso, o uso lingüístico, argumenta a autora, não é algo que ocorre com base em uma identidade já constituída, pois a identidade precisa ser afirmada e reafirmada lingüisticamente para existir e continuar existindo: “[s]e a identidade pré-existe à linguagem, se ela é dada, fixa e pressuposta, então por que os falantes precisam marcá-la tão assídua e repetidamente?” (CAMERON, 2002, p. 17).

Uma das formas pelas quais se podem abordar questões de linguagem e identidades é, segundo Cameron (2002), através do estudo de *higiene verbal*. Este conceito refere-se ao “conjunto de práticas normativas metalingüísticas que surgem da vontade do falante de tratar de assuntos do uso lingüístico” (CAMERON, 2002, p. 237). Nesta tentativa de normatização, segundo a autora, o falante busca “melhorar” ou “limpar” o uso da língua. É preciso ressaltar que não se trata somente do prescritivismo da gramática tradicional, mas principalmente de usos ordinários da língua. Uma consideração importante da autora para sua argumentação é a de que “pessoas não somente usam a língua, mas comentam o uso lingüístico que fazem” (CAMERON, 2002, p. 01). Por isso, também ao comentar, discutir, falar do uso lingüístico nas diversas situações, os falantes acabam criando formas convencionadas de falar.

Em sua teorização sobre higiene verbal, Cameron (2002) examina práticas nas quais as pessoas regulam o uso lingüístico, e argumenta que tais práticas fornecem relações entre a linguagem e a forma como as pessoas se relacionam e se constituem. O ensino da gramática nas escolas, regras de estilo de acordo com gêneros textuais, opiniões em favor ou contra o uso considerado politicamente correto, considerações das pessoas acerca da ligação entre uso lingüístico e classe social, gênero, escolaridade, situação de fala etc, são todos exemplos de prática de higiene verbal que, segundo Cameron (2002), ligam-se a tentativas simbólicas e sociais de impor a ordem no mundo. Estudar higiene verbal é particularmente interessante porque

o conflito torna visíveis os processos pelos quais normas são criadas e os processos pelos quais normas são quebradas, trazendo à tona os

argumentos que permeiam as regras. Práticas de higiene verbal que não são objeto de debate também são esclarecedoras: quando examinadas de perto, mostram como normas são naturalizadas e como formas ('convencionais') não questionadas de comportamento são implicitamente entendidas pelos atores sociais. (CAMERON, 2002, p. 17, ênfase no original)

Nesse sentido, como argumenta a autora, o estudo de práticas metalingüísticas normativas, contestadas ou tomadas como certas, jogam luzes na relação entre linguagem, sociedade e identidade.

Conclusão

Estudos sobre a linguagem em sua interface com categorias identitárias podem retomar o olhar sobre o uso linguístico, relacionando a prática de higiene verbal a questões de identidade, conhecimento e poder. Nessa perspectiva, o componente lingüístico deve ser tomado com base em seu aspecto interacional, considerando-se a interação, dado seu caráter convencional, como um relevante aspecto de reiteração de práticas lingüísticas que contribuem para a performatividade identitária na linguagem. Sendo, por um lado, o uso linguístico uma forma com que identidades são performadas e constituídas e, por outro, a ligação socialmente instituída entre poder/resistência a noções de sexo, gênero, sexualidade e conhecimento, pode-se estudar como questões hierárquicas são reiteradas (materializadas, remarcadas, possivelmente modificadas) no uso linguístico entre os falantes. Estudar a linguagem com foco em normatizações metalingüísticas (*higiene verbal*) é, dessa maneira, uma possibilidade de – ao invés de fazer elucubrações abstratas sobre um sistema linguístico estruturado e homogêneo – pensar criticamente o que resulta por meio da linguagem das relações entre as pessoas. Somente por empreendimentos nesse sentido poder-se-á vislumbrar possibilidades de mudança nas relações assimétricas e contraproducentes entre as pessoas, o que indubitavelmente beneficiará aqueles responsáveis pela existência da língua: os falantes.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. 2 ed. New York and London: Routledge, 1999.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.

CAMERON, D. **Verbal Hygiene**. London and New York: Routledge, 2002.

_____. **Language, gender, and sexuality: current issues and new directions**. In: **Applied linguistics**. Oxford University Press, 2005. p. 482-502.

CAMERON, D., KULICK, D. **Language and sexuality**. Cambridge: Cambridge, 2003.
CULLER, J. **The fortunes of the performative in literary and cultural theory**. In: **Literature and psychology**, Spring-Summer, 1999, p 7-22.

GUMPERZ, J. J. **Language and social identity**. Studies in interactional sociolinguistics 2. New York: Cambridge University Press, 1993.

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 103-133.

KULICK, D. **No**. In: **Language & communication**. New York: Pergamon, 2003, p. 139-151.

KURZON, D. **The speech act status of incitement: Perlocutionary acts revisited**. In: *Journal of Pragmatics*, n 29., 1998. p. 571-596.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.) **Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. (Org.) **Discursos de identidades:** discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado Letras, 2003.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à lingüística:** domínios e fronteiras. v. 2, São Paulo: Cortez, 2001, p. 47-68.

ROMAINE, S. **Language in society:** an introduction to sociolinguistics. New York: Oxford University Press, 1994

SPARGO, T. **Foucault and queer theory.** New York: Totem Books, 2000.